

EDITORIAL

Ana Martina Baron Engerhoff¹
João Pedro Pereira Vazquez²
Loren Marie Vituri Berbert³
Maiara Corrêa⁴
Editores

Prezadas leitoras e prezados leitores,

É com grande alegria que apresentamos mais uma edição da revista *Em Tese*, periódico científico digital vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A revista, organizada e coordenada por discentes do PPGSP, publica textos inéditos – artigos, ensaios, resenhas, entrevistas e traduções – de pós-graduandos(as) *stricto sensu*, mestres(as), doutores(as) e pesquisadores(as) da Sociologia, Ciência Política e áreas afins.

Nesta primeira edição do ano de 2020, o editorial da revista *Em Tese* apresenta o material publicado, bem como convida o leitor a uma dupla reflexão: em retrospectiva tivemos no ano de 2019 um período de incertezas e infelizes certezas acerca do orçamento destinado à educação pública e à ciência nas universidades federais e nos institutos de pesquisa, atingidos por cortes e contingenciamentos tanto por parte do governo, em relação aos recursos para a manutenção dos institutos de ensino superior, quanto das agências de fomento à pesquisa como a CAPES e o CNPq, que concedem bolsas a milhares de pesquisadores.

Em prospectiva, o novo ano começou com as ameaças de realização de um projeto que vem sendo delineada com discursos e campanhas difamatórias - a falácia da caracterização da universidade federal como lugar de “balbúrdia” e a gravíssima acusação do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que as Universidades

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editora-gerente da revista *Em Tese*. E-mail: anambaron@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3957-0428>

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editor associado da revista *Em Tese*. E-mail: jpvazquezz@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2354-2131>

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editora associada da revista *Em Tese*. E-mail: lorenberbert@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8083-9505>

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editora associada da revista *Em Tese*. E-mail: mayara-cnp@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4290-3641>

Federais são utilizadas para a produção de drogas⁵ - e com a apresentação de alternativas ao sucateamento da educação pública com a paradoxal adesão ao modelo neoliberal de privatização, representado pelo Future-se.

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, o orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina será, em 2020, o menor da década⁶. Em meio a tal contexto de ameaças, o Ministério da Educação apresentou em Julho deste ano o Future-se, programa de adesão voluntária que prevê uma série de modificações na gestão das universidades federais, tendo como objetivo central fomentar o financiamento das universidades por meio de captação de recursos privados.⁷ Tal proposta vem sendo massivamente criticada e rejeitada por grande parte das instituições federais⁸, entre elas as universidades de Minas Gerais (UFMG), Rio de Janeiro (UFRJ), e Brasília (UnB), ambas ranqueadas entre as dez melhores universidades brasileiras pelo Ranking Universitário da Folha⁹. Tal modelo implicaria, além de um grave retrocesso na reivindicação da responsabilização estatal pelo direito a uma educação pública de qualidade, a perda de autonomia acadêmica e financeira por parte dessas instituições.

Contra a implementação do Future-se e os cortes orçamentários promovidos pelo governo ao longo do primeiro semestre de 2019, alunos da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina deflagraram, em 10 de Setembro, uma greve estudantil que durou 37 dias, contando com a participação de mais de 70 cursos em diferentes campi. Durante o período de mobilizações foram realizadas aulas públicas dentro e fora da universidade, atos em defesa da educação em conjunto com entidades estudantis e sindicais, além de atividades de divulgação científica e extensão, como o projeto “UFSC na Praça”, que visa a aproximar a população das pesquisas realizadas dentro da universidade.¹⁰

Se o ano de 2019 foi difícil em termos orçamentários para o ensino superior público, o ano de 2020 promete complicações ainda mais intensas. Isso se justifica porque, ao contrário do ocorrido em 2019, em que o contingenciamento do orçamento ocorreu ao longo do ano, em 2020, as atividades já se iniciam com as verbas orçamentárias expressivamente reduzidas.

⁵ Disponível em <http://twixar.me/HXbT/>. Acessado em 12 Dez 2019.

⁶ Disponível em <http://twixar.me/6XbT/>. Acessado em 06 Dez 2019.

⁷ Disponível em <http://twixar.me/HjbT/>. Acessado em 12 de Dez 2019

⁸ Disponível em <http://twixar.me/fpbT/> Acesso 12 de Dez 2019

⁹ Disponível em <http://twixar.me/kXbT/>. Acessado em 12 Dez 2019.

¹⁰ Disponível em <https://noticias.ufsc.br/2019/10/estudantes-decidem-encerrar-greve-na-ufsc/> Acessado em 12 de Dez 2019

Segundo o Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) para 2020, o Ministério da Educação contará com um orçamento no valor de R\$97 bilhões de reais, o que consiste numa redução de cerca de 20% do orçamento ministerial. Vale pontuar que esse valor não inclui o que consta no regramento como “Reserva de Contingência”, uma rubrica criada pela primeira vez nessa PLOA cuja função não foi abertamente explicada pelo governo. Imagina-se que seja um mecanismo que considere o valor alocado como “reserva” em caso de contingenciamento. Para 2020, essa rubrica contará com o valor de R\$ 4,191 bilhões (BRASIL, 2019)

O orçamento é constituído por gastos obrigatórios (aqueles referentes aos salários e aposentadoria de professores e servidores), gastos de custeio (aqueles direcionados à manutenção das atividades e do cotidiano da comunidade universitária, em que se inclui contratos de terceirizados e bolsas de estudos e extensão) e gastos de capital (aqueles incumbidos ao investimento de máquinas, equipamentos e infraestrutura). Ao desagregar os dados do orçamento do MEC, pode-se constatar os diferentes efeitos que os cortes acarretarão (BRASIL, 2019).

Na educação como um todo (ou seja, incluindo os ensinos básico, médio, superior e técnico), haverá um corte de 29% nos gastos com custeio em que essa rubrica passou de R\$ 45 bilhões em 2019, para R\$32 bilhões em 2020. No entanto, a rubrica mais afetada é a de gastos de capital que diminui de R\$4,25 bilhões em 2019 para R\$1,96 bilhões em 2020. Esses números indicam a deterioração das condições de ensino que sofrerão os alunos, professores e técnicos dos diferentes níveis da educação, de modo que, além de terem crescentes dificuldades de acesso a materiais e à realização de pagamentos de contas referentes a requisitos mínimos (como água e luz), eles ainda estarão submetidos à impossibilidade de investimento em equipamentos e infraestrutura necessários ao cumprimento do aprendizado (BRASIL, 2019).

Quanto ao ensino superior especificamente, os recursos orçamentários passarão de R\$49,62 bilhões em 2019 para R\$46 bilhões aproximadamente, o que consiste numa redução de 7,3%. Esse valor é enganoso por incluir as mencionadas reservas de contingência, o que permite concluir que o real orçamento destinado às Universidades Federais (UFs) é ainda menor. A respeito do orçamento total das UFs para os gastos com custeio, temos uma redução de 35% de R\$7,87 bilhões na LOA 2019 para R\$ 5,13 bilhões na PLOA 2020. Mais grave ainda é a situação dos gastos de capital das UFs, que sofrerão uma redução de 63% de modo que apresentavam uma rubrica no valor

aproximado de R\$1 bilhão e irão amargar míseros R\$ 394,78 milhões em 2020 (BRASIL, 2019).

Ao tratar da Universidade Federal de Santa Catarina em particular, pode-se vislumbrar um dado curioso. Os gastos obrigatórios aumentaram em 1%, passando de R\$1,29 bilhão em 2019 para R\$1,306 bilhão em 2020. No entanto, acredita-se que isso se justifica pela corrida de professores e técnicos em busca de se aposentarem, diante do risco de prolongamento do tempo necessário para aposentadoria imposto pela Reforma da Previdência. O que é mais grave são os gastos de custeio e os gastos de capital. Quanto a esse último, a UFSC registrará uma redução de 65%, passando de R\$25 bilhões em 2019 para apenas R\$ 8,819 bilhões em 2020, comprimindo fortemente a capacidade de investimento da UFSC em obras e equipamentos. Os gastos de custeio apontam para uma diminuição de 31%, em que se obteve R\$226,92 milhões em 2019, mas apenas terá acesso R\$156 milhões (BRASIL, 2019).

Esses dados são alarmantes, tendo em vista as dificuldades já vivenciadas ao longo de 2019. Se em 2019 algumas UFs e Institutos Federais já manifestavam dificuldades orçamentárias em maio, em 2020 a deterioração das condições do ensino superior público tende a ser mais acentuada. No caso da UFSC, se as primeiras expressões das impossibilidades de sustentação das atividades da universidade começaram a ser ventiladas no final do primeiro semestre, pode-se esperar que as dificuldades para o fechamento das contas, para manutenção do Restaurante Universitário, para condução normal das aulas e concessão contínua das bolsas serão sentidas mais cedo do que tarde.

Todos esses números representam muito mais do que só cortes e crise orçamentária. A falta de investimento necessários na educação, e principalmente nas instituições de ensino superior que abrangem a tríade pesquisa, ensino e extensão afeta diretamente o avanço da produção científica, e com isso uma possível melhora nas condições da vida associativa num todo.

As agências de fomento à pesquisa, como a Capes e o CNPq, são as principais responsáveis no país pela redistribuição dos gastos de custeio, viabilizando a real atuação de pesquisadores, professores, bolsistas e alunos na atuação e intercâmbio científico. A primeira, vinculada ao Ministério da Educação, é focada no apoio às pós-graduações das Instituições de Ensino Superior. Já o CNPq, agência ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, atua prioritariamente no apoio aos pesquisadores individualmente em todos os níveis, incluindo estudantes de ensino médio e de



graduação. Ambas vêm sofrendo com os cortes de verbas, que representam uma crise que desemboca numa conjuntura ainda mais grave: o desmonte da produção científica brasileira.

As pós-graduações *stricto sensu* (mestrado e doutorado) exigem dedicação exclusiva dos pesquisadores e pesquisadoras, o que inviabiliza a permanência de indivíduos sem recursos próprios para a permanência na comunidade científica. Ademais, os valores das bolsas concedidas estão sem reajuste desde 2013. Em um cenário onde as universidades estavam se estruturando com uma maior diversidade no perfil de alunos e pesquisadores, ampliando o acesso e se tornando mais inclusiva e representativa, a situação é ainda mais lamentável.

Em 2017, o Brasil ficou entre os 15 países que mais produziram artigos científicos no mundo. No total, 73.697 novos estudos foram publicados ao longo do ano, segundo ranking elaborado pela revista científica Scimago.

No entanto, ainda assim a educação e a ciência vem sendo atacadas e pouco valorizadas, em especial pelo atual governo que demonstra pouca preocupação com as áreas e declara sem hesitar seu incômodo com as ciências humanas por meio da descentralização do investimento nas faculdades de filosofia e sociologia do país, preferindo focar em áreas que gerem “retorno imediato”, como as áreas tecnológicas e da saúde

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê o aumento gradativo do financiamento para educação no Brasil, diferente do que vem acontecendo nos últimos tempos. Como projeto para a educação, o Ministério da Educação lançou o Future-se, visando dar mais autonomia financeira para as Universidades e Institutos Federais, fomentando o empreendedorismo e a inovação e captando recursos privados. Isso se daria através de contratos de gestão da União e dos IFES com Organizações Sociais (OS) que possuam atividades “ligadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura e que estejam relacionadas às finalidades do Programa”.

Estruturado em três eixos principais - Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação; Internacionalização, o projeto representa a privatização, quebra da autonomia universitária e desresponsabilização do investimento público com a educação. Com o argumento de aproximação entre universidade e mercado de trabalho, o que é importante não perder de vista é o fato de que financiamento privado só acontece onde há expectativa de lucro, e os principais resultados de pesquisas nesse sentido deixam de ser



da população e passam a ser das empresas. O que por sua vez, geraria uma zona ainda mais turbulenta para a filosofia e ciências humanas, comprometidas com a reflexão crítica e análise social.

Em meio a este contexto, a revista *Em Tese* apresenta a sua nova edição composta por quatro artigos de fluxo contínuo, uma tradução e uma resenha, confirmando o seu compromisso com a divulgação da produção científica na área das Ciências Sociais e afins. Abrindo a edição 2020.1, apresentamos o artigo “O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na Bancada Ruralista”, de Deysi Ciocari e Simonetta Persichetti, tratando da incursão dos representantes da chamada Bancada Ruralista na esfera político partidária, consolidando-se no cenário político nacional.

No artigo de autoria de Riberti Almeida Felisbino e Paulo Magalhães Araújo, intitulado “Democracia e representação local: perfis de carreira e percepções políticas de vereadores da Grande Vitória (ES)”, analisa-se o perfil de carreira e as percepções políticas dos vereadores de quatro municípios do Estado do Espírito Santo. Os autores analisaram quatro dimensões, alcançando o perfil desde a origem social, o perfil de carreira e a percepção política da elite local.

O artigo de Tássia Rabelo de Pinho, “Revisitando os Marcos Fundadores dos Estudos sobre Partidos Políticos”, enfoca o debate sobre os limites e possibilidades da democracia intrapartidária, revisitando marcos fundadores dos estudos sobre partidos, tomando como base o trabalho de Ostrogorski, Michels e Weber. Encerrando os artigos de fluxo contínuo, o trabalho de Rafael Polari de Alverga Kritski, “Conflito de classes no Brasil de 2003 a 2014: da estabilidade relativa à instabilidade do governo”, como bem indica seu título, debruça-se sobre o conflito de classes no período, perpassando assim os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Além dos artigos de fluxo contínuo, esta edição conta com a tradução realizada por Hugo Neri e Veridiana Cordeiro do artigo “A filosofia da socialidade de Raimo Tuomela: Um resumo”, de Gehard Preyer e Georg Peter. Por fim, Ana Tereza Duarte Lima de Barros apresenta um resenha da obra “La tentación populista. Una vía al poder en América Latina”, de Flavia Freidenberg.

Desejamos uma boa leitura a todas e todos!

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Economia Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2020: projeto de lei orçamentária**. Brasília, 2019.

